



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 17 de janeiro de 2022

III
3
Série

Número 9

3.º Suplemento

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA **Aviso n.º 48/2022**

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Paulo Diogo Alves Rodrigues, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Técnico de Informática de grau 1, nível 1, da carreira de Técnico de Informática, do Mapa de Pessoal do Instituto para a Qualificação, IP-RAM, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS **Despacho n.º 14/2022**

Nomeia, em regime de comissão de serviço, para o cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Pareceres Jurídicos, do Contencioso e Procedimentos Criminais, da Direção Regional da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM, a licenciada Lucélia Rodrigues Nóbrega.

Aviso n.º 49/2022

Projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados ao procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 253/2021, de 1 de junho, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, abrangidos pelo sistema centralizado de gestão de recursos humanos, da então Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares.

Declaração de retificação n.º 9/2022

Procede à retificação do Despacho n.º 2/2022, de 6 de janeiro que delega competências nos trabalhadores da Autoridade Tributária e dos Assuntos Fiscais.

SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO E CULTURA **Aviso n.º 50/2022**

Lista provisória dos resultados obtidos no método de seleção - Prova de Conhecimentos do procedimento concursal para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico superior, aberto pelo Aviso n.º 460/2019, de 13 de setembro e Aviso n.º 228/2021, de 21 de maio.

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA **Despacho n.º 15/2022**

Determina a constituição de um fundo de maneiço destinado ao Gabinete da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, no valor de € 770,00.

Aviso n.º 51/2022

Consolidação da mobilidade intercarreiras da trabalhadora Isaura Maria Silva Santos, do mapa de pessoal do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, na carreira/categoria de Assistente Técnico, com efeitos a 22 de dezembro de 2021.

Aviso n.º 52/2022

Disponibilização na página eletrónica do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM da alteração ao projeto de lista dos candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 22 postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, aberto pelo Aviso n.º 442/2021, de 19 de julho.

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO PARA A QUALIFICAÇÃO, IP-RAM

Aviso n.º 48/2022**Sumário:**

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Paulo Diogo Alves Rodrigues, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Técnico de Informática de grau 1, nível 1, da carreira de Técnico de Informática, do Mapa de Pessoal do Instituto para a Qualificação, IP-RAM, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Texto:

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Paulo Diogo Alves Rodrigues, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Técnico de Informática de grau 1, nível 1, da carreira de Técnico de Informática, do Mapa de Pessoal do Instituto para a Qualificação, IP-RAM, ficando posicionado no índice 290, enquanto estagiário e no índice 332, após conclusão com sucesso do período de estágio com duração de seis meses, nos termos do mapa II, anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, com efeitos a 01/01/2022.

Funchal, 12 de janeiro de 2022.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO PARA A QUALIFICAÇÃO, IP-RAM, Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**Despacho n.º 14/2022****Sumário:**

Nomeia, em regime de comissão de serviço, para o cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Pareceres Jurídicos, do Contencioso e Procedimentos Criminais, da Direção Regional da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM, a licenciada Lucélia Rodrigues Nóbrega.

Texto:

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 20.º e n.º 9 do art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, na sequência da proposta de nomeação do júri do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 875/2021, publicado no JORAM, II Série, n.º 213, de 23 de novembro.

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 5.º e dos n.ºs 11 e 12 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional, n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, e da alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 84/2015, de 7 de agosto, e 18/2016, de 20 de junho, e 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 114/2017, de 29 de dezembro, 49/2018, de 14 de agosto, 71/2018, de 31 de dezembro, 6/2019, de 14 de janeiro, 79/2019, de 2 de setembro, 82/2019, de 2 de setembro e 2/2020, de 31 de março, determino:

1. Nomear, em regime de comissão de serviço, para o cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Pareceres Jurídicos, do Contencioso e Procedimentos Criminais, da Direção Regional da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM, a licenciada Lucélia Rodrigues Nóbrega.
2. O presente despacho produz efeitos a 14 de janeiro de 2022.

A presente despesa tem cabimento orçamental na Secretaria 45, Capítulo 01 Divisão 02, Subdivisão 02, Classificação Económica D01.01.03.00.00, D01.01.11.00.00, D01.01.14.SN.00.00, D01.01.14.SF.00.00 e D01.03.05 A0.B0.

Secretaria Regional das Finanças, 14 de janeiro de 2022.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, Rogério de Andrade Gouveia

ANEXO Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Lucélia Rodrigues Nóbrega
Naturalidade: Camacha – Santa Cruz

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na vertente jurídico-económica, em 26-07-2002;

Pós-Graduação em Fiscalidade, organizado pelo Instituto Superior de Administração e Gestão em colaboração com o Instituto de Formação Avançada Cristóvão Colombo, em 20-03-2007.

Formação Profissional:

Participação em ações de formação ministradas pela Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM:

- . Ação de formação sobre “LGT/CPPT/RGIT”, em 27 e 28 de setembro de 2006, com o total de 9 horas;
- . Ação de formação sobre “IVA/RITI”, em 29 de setembro de 2006, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “IRS”, em 02 de outubro de 2006, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “IMT/IMI/Imposto do selo”, em 03 e 04 de outubro de 2006, com o total de 9 horas;
- . Ação de formação sobre “Orçamento de Estado 2007”, em 22 de fevereiro de 2007, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “Auditoria Fiscal”, em 27 e 28 de fevereiro de 2007, com o total de 12 horas;
- . Ação de formação sobre “Orçamento de Estado 2008”, em 07 de fevereiro de 2008, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “Orçamento de Estado para 2009”, em 03 de fevereiro de 2009, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “Código de Procedimento e de Processo Tributário”, em 25 e 26 de março de 2008, com o total de 12 horas;
- . Ação de formação sobre “Plano Estratégico para a Justiça e Eficácia Fiscal”, em 27 de março de 2008, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “SCO – Sistema de Contra-Ordenações e SINQUER – Sistema de Inquéritos Criminais Fiscais – Apoio da Inspeção tributária à cobrança coerciva - Metodologias”, em 15 de abril de 2008, com o total de 3 horas;
- . Curso sobre “Contratação Pública”, de 6 a 10 de outubro de 2008;
- . Ação de formação sobre “PEJEF”, em 12 de fevereiro de 2009, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “PEJEF – Área da justiça tributária”, de 11 de março de 2010, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “Procedimentos no âmbito dos inquéritos criminais”, em 11 de maio de 2010, com o total de 3 horas;
- . Ação de formação sobre “Orçamento de Estado para 2010”, em 08 de junho de 2010, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “Investigação criminal – Recolha da prova pessoal”, em 14 e 15 de junho de 2010, com o total de 12 horas;
- . Ação de formação sobre “Código do Procedimento Administrativo”, em 21 de fevereiro de 2011, com o total de 6 horas;
- . Ação de formação sobre “Uniformidade de critérios a adotar no âmbito dos processos de inquérito criminais”, em 23 de janeiro de 2012, com o total de 3 horas;
- . Ação de formação sobre “SEFWEB – Enquadramento”, em 2013;
- . Ação de formação sobre “IRC – Apresentação da reforma de 2014” em 2014;
- . Ação de formação sobre “Selo – transmissões gratuitas”, em 2014;
- . Ação de formação sobre “PEF – processo de execução fiscal”, em 2014;
- . Ação de formação sobre “Alterações do Orçamento Geral do Estado – 2015”, em 2015;
- . Ação de formação sobre “IRS-modelo 3 e declarações eletrónicas de 2014”, em 2015;
- . Ação de formação sobre “E-Fatura – gestão de divergências”, em 2015;
- . Ação de formação sobre “SINQUER – Investigação Criminal e Fiscal (perfil investigador)”, em 2015;
- . Ação de formação sobre “Código do Procedimento Administrativo”, em 2015;
- . Ação de formação sobre “Normas de conduta e política de segurança da informação”, em 2016;
- . Ação de formação sobre “IRS-modelo 3 e declarações eletrónicas de 2015”, em 2016;
- . Ação de formação sobre “Alterações do Orçamento Geral do Estado – 2016”, em 2016;
- . Ação de formação sobre “IRS-modelo 3 e declarações eletrónicas de 2016”, em 2017;
- . Ação de formação sobre “Comparência em tribunal”, em 2017;
- . Ação de formação sobre “Plano de ação AT- Medida 23”, em 2017;
- . Formação TAT, nível 2: “IMI – Imposto municipal sobre imóveis”, em 2017;
- . Formação TAT, nível 2: “IVA – RITTI”, em 2017;
- . Formação TAT, nível 2: “IMT – Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis”, em 2017;
- . Formação TAT, nível 2: “SELO – imposto do selo”, em 2017;

- . Ação de formação sobre “OE/2018 – alterações à legislação fiscal”, em 2018;
- . Ação de formação sobre “OE/2018 – alterações à legislação fiscal em matéria de justiça tributária”, em 2018;
- . Ação de formação sobre “OE/2018 – alterações à legislação IVA”, em 2018;
- . Formação TAT, nível 2: “RGIT – Regime geral das infrações tributárias”, em 2018;
- . Formação TAT, nível 2: “IRS – Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares”, em 2018;
- . Formação TAT, nível 2: “IRC – Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas”, em 2018;
- . Formação TAT, nível 2: “LGT – Lei geral tributária”, em 2018;
- . Formação TAT, nível 2: “CPPT – Código de procedimento e de processo tributário”, em 2018;
- . Ação de formação sobre “Plano de ação AT- Medida 23”, em 2018;
- . Ação de formação sobre “IRS-modelo 3 e declarações eletrónicas de 2018”, em 2019;
- . Ação de formação sobre “Investigação criminal”, em 2019;
- . Ação de formação sobre “Cibersegurança – Boas práticas”, em 2019;
- . Ação de formação sobre “Insolvência”, em 2020;
- . Ação de formação sobre “RGPD – Cidadãos atentos”, em 2020;
- . Ação de formação sobre “OE/2020 – Alterações à legislação fiscal”, em 2020;
- . Reunião da área da justiça tributária, em 2020;
- . Ação de formação sobre “OE/2021 – Alterações à legislação fiscal”, em 2021;
- . Webinar sobre “SICJUT 2021”, em 2021;
- . Webinar sobre “Remessa de contencioso judicial aos TAF por webservice”, em 2021
- . ;Webinar sobre “Artigo 78.º da LGT- Revisão do ato tributário”, em 2021;
- . Ação de formação sobre “IRS – modelo 3 – nova aplicação e novos modelos declarativos – 2020”, em 2021;
- . Webinar sobre “Justo impedimento”, em 2021;
- . Webinar sobre “Custas de parte no contencioso tributário – decisões dos tribunais superiores”, em 2021;
- . Webinar sobre “Contencioso administrativo e o SICAT – Funcionalidades, utilização e regras legais”, em 2021.

Frequência em cursos ministrados pelo Instituto Nacional de Administração (INA):

- . Curso/Ação de Formação sobre “Direito das Contra-Ordenações”, de 10-04-2007 a 13-04-2007, com a duração de 24 horas, na modalidade de aperfeiçoamento;
- . Curso/Ação de Formação sobre “Sistema de garantias e o novo contencioso administrativo: da teoria à prática”, de 03 a 07-12-2007, com a duração de 35 horas, na modalidade de aperfeiçoamento.

Formação Complementar:

Participação em Conferências e Seminários organizadas pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados:

- . Conferência “Os prazos em processo civil”, proferida pelo Dr. Jaime Pestana, Juiz da Vara Mista do Funchal, em janeiro de 2003;
- . Conferência “Tutela da honra e direito de informar na sociedade de informação”, proferida pelo Dr. António Marinho Pinto, Advogado, Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, jornalista do “Expresso”, em fevereiro de 2003;
- . Conferência “Direito bancário”, proferida pela Dra. Marta Cochat Osório – membro da administração do grupo Caixa Geral de Depósitos, em fevereiro de 2003;
- . Conferência “Direito processual penal”, proferida pelo Dr. Orlando Ventura – Procurador da República do Tribunal de Vara Mista do Funchal, em fevereiro de 2003;
- . Conferência “Medicina e Direito”, proferida pelos Dr. José Manuel Vieira, Dr. Lino Santos, Dr. Manuel França Gomes, Dr. Carlos Perdigão e Dr. Pita da Silva, em março de 2003;
- . Conferência “Filiação e Investigação oficiosa da paternidade”, proferida pelo Dr. Guilherme Oliveira, da Faculdade de Direito de Coimbra, em março de 2003;
- . Conferência “Direito processual penal”, proferida pela Dra. Helena Moniz – Faculdade de Direito de Coimbra, em março de 2003;
- . Conferência “União de facto e economia comum”, proferida pelo Dr. França Pitão – membro do Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados, em março de 2003;
- . Conferência “O estado da justiça e o futuro da advocacia”, proferida pelo Dr. Sílvio Sousa – Juiz da Vara Mista do Funchal e Dr. Sousa Magalhães - Advogado e membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, em março de 2003;
- . Colóquio sobre o “Novo Processo de Contencioso Administrativo” que decorreu no Hotel Tivoli (Ocean Park), nos dias 07 e 08 de novembro de 2003 proferido pelos Prof. Dr. José Carlos Vieira de Andrade (Universidade de Coimbra), Mestre Cláudio Monteiro (Universidade de Lisboa), Prof. Dr. Mário Aroso de Almeida (Univ. Católica, principal autor material da proposta final apresentada à Assembleia da República), o Juiz Conselheiro Dr. Santos Botelho, Prof. Dr. Vasco Pereira da Silva (Universidade de Lisboa e Univ. de Coimbra), Prof. Dra. Maria João Estorninho (Univ. de Lisboa e Univ. Católica), Mestre Carla Amado Gomes (Univ. Lisboa), Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa (Univ. de Lisboa), Mestre Tiago da Silveira (Univ. de Lisboa), Prof. Dr. Mário Aroso de Almeida, Prof. Dr. Barbosa de Melo (Univ. de Coimbra);
- . Conferência “Avaliação e Reparação dos Danos Corporais em Direito Civil”, proferida pelo Prof. Dr. João Álvaro Dias (Univ. de Coimbra), em janeiro de 2004;
- . Conferência “A Guerra Civil nas Estradas Portuguesas”, proferido pelo Dr. Duarte Teives – Advogado, em janeiro de 2004;
- . Conferência “Transformações do Direito de Família”, proferida pelo Prof. Dr. Guilherme de Oliveira – Prof. Catedrático da Univ. de Coimbra, fevereiro de 2004;

- Conferência “Dissentimento na relação entre o médico e o paciente”, proferida pelo Prof. Dr. João Vaz Rodrigues – Prof. Da Univ. de Évora e Advogado, fevereiro de 2004;
- Conferência “O novo Código do Trabalho”, com organização conjunta do Centro de Estudos Judiciários e do Conselho Distrital da Madeira da O.A., no Hotel Porto Mare, em 05-03-2004;
- Conferência “O estado da Justiça”, proferida pelos Dr. (s) José António Barreiros – Advogado e Prof. de Direito Penal, Prof. Dra. Neves Sanz – Prof. de Direito Penal na Faculdade de Direito de Salamanca, Dr. Orlando Maçarico – Advogado e Membro do Conselho Superior da O.A., Dr. Castanheiro Neves – Advogado e Presidente do Conselho Superior da O.A., Dr. Jaime Pestana – Juiz da vara mista do Funchal, Dr. Orlando Ventura – Procurador da República, em março de 2004;
- Conferência “Justiça e Comunicação Social”, proferida pelo Prof. Dr. António Marinho – Advogado, Jornalista do Expresso e Comentador sobre justiça da SIC, em 19-03-2004;
- Conferência “Recursos em processo civil”, proferida pelo Dr. Paulo Barreto – Juiz da vara mista do Funchal, em 26-03-2004;
- conferência “O exercício da profissão, o fenómeno da procuradoria ilícita e o acesso ao Direito”, em 20-05-2004;
- Projeto “Cidadania nas prisões”, proferida no Estabelecimento prisional do Funchal, pelo Dr. Carlos Santos (Procurador da República), Dr. João Ferreira (Juiz do 2.º juízo criminal da Comarca do Funchal) e Dr. Sérgio Rebelo (Advogado).

Outras Conferências participadas:

- Seminário sobre “O Código do Trabalho”, organizado pela ACIF – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira, decorrido no Pestana Casino Park Hotel, a 05-10-2003
- Seminário “Os desafios do Código do Trabalho”, proferido no Casino Park Hotel pelos Prof. (s) Romano Martinez, Mestre Guilherme Dray e Mestre Luís Gonçalves da Silva, em 21-05-2004;
- Seminário “Informação para o Consumo, estratégias e recursos”, organizado pelo Serviço de Defesa do Consumidor da S.R.R.H., em 15-03-2005;
- Curso de formação profissional em “Sistema de normalização contabilística – 1.º, 2.º 3.º e 4.º módulos”, promovido pela entidade formadora “KPMG & Associados SROC, S.A.”, nos dias 28, 29 e 30 de outubro e 04 de novembro de 2009, com o total de 32 horas.

Experiência Profissional:

- Estágio de Advocacia com a duração de dois anos, com a aquisição da cédula profissional n.º 457-M, da Ordem dos Advogados (com inscrição suspensa atualmente), realizada na “Sociedade de Advogados Amélio & Ferreira”, sita à rua do Carmo, n.º 64, 2.º A, 9050-019 Funchal, desde janeiro de 2003 a janeiro de 2005;
- Prestação de serviços como empregado bancário, sem categoria especificada, no “BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A.” - Agência da Camacha, sita ao Largo Conselheiro Aires de Ornelas, n.º 8, freguesia da Camacha, desde 01 de abril a 14 de novembro de 2003, tel. 291 920160;
- Apoio e consultadoria jurídica no Grupo Vasconcelos, na sociedade “Correia & Vasconcelos, Imóveis e Gestão, S.A.”, com sede à rua do Pombal, n.º 1, bl. B, cave H, freguesia de Santa Luzia, 9050-075 Funchal, de meados de novembro de 2003 a junho de 2004, tel. 291 740830;
- Prestação de serviços no departamento processual do franchisado ERA MADEIRA, na empresa “Madmedia – Sociedade de mediação imobiliária, Lda.”, sita à rua Alto do Pico, n.º 18, Ed. Colinas da Achada, 9000-208 Funchal, desde 18 de agosto a 30 de setembro de 2005, tel. 291 753365;
- Exercício de advocacia, à rua dos Murças, n.º 59, 2.º andar, na cidade do Funchal, desde 07 de outubro de 2005 até ao 1.º semestre de 2006, tel. 291 230251;
- Estágio profissional, na categoria de Jurista, na Câmara Municipal do Funchal - Divisão de Fiscalização Municipal e Contra-Ordenações, sita à Praça do Município, cidade do Funchal, desde 01-12-2005 a 31-07-2006;
- Contrato de trabalho a termo certo resolutivo, datado de 01-08-2006, com a duração de um ano, na categoria de técnica de administração tributária, na sequência da abertura de concurso externo autorizado por despacho de Sua Exa. o Secretário Regional do Plano e Finanças de 03-10-2005, renovado duas vezes por igual período, em 01-08-2007 e em 01-08-2008, por despachos de Sua Exa. o Secretário Regional do Plano e Finanças de 13-07-2007 (publicado no JORAM n.º 129, II série, de 17-07-2007) e de 17-07-2008 (publicado no JORAM n.º 139, II série, de 23-07-2008), respetivamente;
- Estágio com a duração de um ano, com data de início de 01-03-2009, na categoria de técnica de administração tributária estagiário, após conclusão do processo de seleção através de concurso externo, o qual se regeu pelo Regulamento de estágio para ingresso nas carreiras do Grupo de Pessoal da Administração Tributária (GAT) do quadro de pessoal da Direção Regional dos Assuntos Fiscais (publicado no JORAM n.º 49, II série, de 12-03-2009);
- Técnica de Administração Tributária, grau 4, nível 1, desde 10-10-2011, na carreira do Grupo de Pessoal da Administração Tributária (GAT) do quadro de pessoal da Direção Regional dos Assuntos Fiscais (publicado no JORAM, n.º 196, II série, de 19-10-2011);
- Técnica de Administração Tributária, grau 4, nível 2, desde 16-07-2019, na carreira de Gestão Tributária do grupo de Pessoal da Administração Tributária (GAT) do quadro de pessoal da Direção Regional dos Assuntos Fiscais (publicado no JORAM, n.º 121, II série, de 22-07-2019);
- Transição da carreira especial de Técnica de Administração Tributária para a carreira especial de gestão tributária, com efeitos a partir de 10-03-2021, por Despacho n.º 235/2021 do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares, publicado na II série do JORAM, n.º 114, de 30-06-2021, exercendo as seguintes competências na:

- a. Elaboração de pareceres de consultadoria jurídica na área de fiscalidade, de interpretação e aplicação de legislação tributária nacional e internacional, nomeadamente no âmbito dos Códigos de IRS, IRC, IMI, IMT, IVA, IS, CIMSISD;
- b. No âmbito dos processos de execução fiscal: apreciação e elaboração de pareceres jurídicos nas matérias da competência do Diretor Regional da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM (AT-RAM), designadamente, pedidos de pagamento em prestações, pedidos de isenção de garantia, suspensão da execução fiscal, dação em pagamento...
- c. No âmbito dos processos de redução de coima e contra-ordenação: apreciação e elaboração de pareceres nas matérias da competência do Diretor Regional da AT-RAM, nomeadamente no que se refere à análise das defesas escritas dos arguidos, fixação, atenuação especial, dispensa e arquivamento de coimas, recursos judiciais do artigo 80.º, n.º 3 do RGIT.
- d. Apreciação de reclamações gratuitas; recursos hierárquicos; pedidos de revisão do ato tributário; pedido de revisão da matéria coletável, nas áreas de IRS, IRC, IVA, CIMT e imposto sobre sucessões e doações.
- e. Elaboração de pareceres jurídicos no âmbito de pedidos de atribuição de juros indemnizatórios e restituição de imposto de SISA, IMT, Selo e de juros de mora;
- f. Elaboração de pareceres jurídicos sobre Derrogação do Sigilo Fiscal;
- g. Apreciação dos pressupostos de admissibilidade de pedidos de prova do preço efetivo na transmissão de imóveis (cf. artigo 139.º do Código de IRC), mediante derrogação do sigilo bancário, com consentimento do interessado;
- h. Apreciação de queixas apresentadas por contribuintes na Provedoria de Justiça;
- i. Apoio na instrução de processos de inquérito por crimes fiscais (fraude e abuso de confiança fiscal), nomeadamente na realização de interrogatórios judiciais de arguidos e elaboração de pareceres finais, nos termos do artigo 42.º do RGIT;
- j. Representação da Fazenda Pública (cf. Despacho n.º 432/2020 de 02-11-2020 da Diretora da AT-RAM, publicado no JORAM n.º 209, II série, de 06-11-2020), na instrução e contestação de processos de contencioso judicial tributário junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, nomeadamente, impugnações judiciais, oposições à execução fiscal, reclamações judiciais, embargos de terceiro, ações administrativas, intimações para um comportamento, recursos do artigo 146.º-B do CPPT, etc....
- k. Análise e elaboração de pareceres jurídicos relativos ao reconhecimento, pelo Vice-Presidente do Governo Regional, de benefícios fiscais previstos nos Códigos de IRC, IMT, CIMSISD, IMV, IUC, Estatuto dos Benefícios Fiscais, bem como a elaboração e redação de despachos conjuntos de reconhecimento de benefícios fiscais ao abrigo do Estatuto do Mecenato;
- l. Colaboração na elaboração de propostas de alteração à legislação fiscal de âmbito regional, bem como nas propostas de alteração aos Orçamentos do Estado;
- m. Elaboração de Circulares para uniformização de procedimentos (ex: no âmbito do imposto do selo sobre transmissões operadas por Escritura de Justificação, por remissão de colónia);
- n. Colaboração na elaboração da proposta de adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal à RAM, a qual deu origem ao D.L.R. n.º 27/2008/M, de 03/07, nomeadamente, estudo e redação da proposta na área do IMI, IMT e Selo;
- o. Apoio jurídico aos serviços de finanças da RAM, quer no âmbito da elaboração de pareceres por estes solicitados, quer também no exercício de funções presencialmente nos próprios serviços, relacionados com a apreciação de reclamações gratuitas, processos de redução de coimas e contra-ordenações;
- p. Formadora na ação de formação ministrada pela ex-DRAF aos Técnicos Profissionais no módulo – “RGIT Contra-Ordenações”, nos dias 21 e 28 de junho de 2007, com a duração de 6 horas.
- q. Chefe de Equipa, desde 01-01-2017 até à presente data, com 12 trabalhadores, na DJUCP da AT-RAM, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2015/M, de 19/08 (cf. JORAM n.º 15, II série, de 24-01-2017; JORAM n.º 4, II série, de 05-01-2018; JORAM n.º 5, II série, de 08-01-2020).
- r. Nomeação, em regime de substituição, desde 01/08/2021, no cargo de Chefe de Divisão de Pareceres Jurídicos, do Contencioso e Procedimentos Criminais, da AT-RAM, conforme Despacho n.º 280/2021, da Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares, de 23/07/2021, publicado no JORAM n.º 133, de 29/07/2021, II Série.

Aviso n.º 49/2022

Sumário:

Projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados ao procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 253/2021, de 1 de junho de 2021, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, abrangidos pelo sistema centralizado de gestão de recursos humanos, da então Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares.

Texto:

Projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados ao procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 253/2021, publicado no JORAM, II Série, n.º 95, de 1 de junho de 2021, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, abrangidos pelo sistema centralizado de gestão de recursos humanos, da então Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares.

Nos termos conjugados do disposto no n.º 1 do artigo 26.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, conjugado com o disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), torna-se público que o projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados ao

procedimento concursal acima identificado, se encontra disponibilizado na página eletrónica da Secretaria Regional das Finanças em “RH e Recrutamento”:

<https://www.madeira.gov.pt/srfinancas/GovernoRegional/OGoverno/Secretarias/Structure/SRF/Publicacoes/ctl/Read/mid/6004/InformacaoId/101762/UnidadeOrganicaId/27/CatalogoId/0>,

Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, e dos artigos 121.º e 122 do CPA, os candidatos dispõem do prazo de 10 dias úteis para, querendo, no âmbito do direito de participação dos interessados, dizer o que se lhe oferecer sobre o projeto de lista unitária de ordenação final, devendo para o efeito utilizar, obrigatoriamente, o formulário disponível na página eletrónica da Secretaria Regional de Finanças, no seguinte endereço:

<https://www.madeira.gov.pt/srfinancas/GovernoRegional/OGoverno/Secretarias/Structure/SRF/Publicacoes/ctl/Read/mid/6039/InformacaoId/39758/UnidadeOrganicaId/27/CatalogoId/0>.

Mais se informa, que para efeitos do exercício de direito de participação referido anteriormente, durante o prazo estabelecido, o processo encontra-se disponível para consulta, nos dias úteis, entre as 10h00 e as 17h00, na Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa, da Secretaria Regional das Finanças.

Secretaria Regional de Finanças, 12 de janeiro de 2022.

A CHEFE DO GABINETE, Ana Maria Soares de Freitas

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ASSUNTOS FISCAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Declaração de retificação n.º 9/2022

Sumário:

Procede à retificação do Despacho n.º 2/2022, de 6 de janeiro que delega competências nos trabalhadores da Autoridade Tributária e dos Assuntos Fiscais.

Texto:

Por ter sido publicado com inexatidão no JORAM, II Série, n.º 6, de 12 de janeiro de 2022, o Despacho n.º 2/2022, pelo presente se retifica:

No ponto 1, onde se lê:

“1 - Nos trabalhadores licenciados em Direito Maria Madalena Serrano Casaes Ribeiro, Lucélia Rodrigues Nóbrega, Ana Cláudia Garcês Rodrigues, Águeda Marlene Ascensão de Nóbrega, José Nélio Nunes Brito dos Santos, Ana Filipa Baptista Ferreira Pedroso, Maria João Macedo da Cunha Ribeiro Ferreira Silva, Joana Natacha Ornelas Rodrigues, Sofia Lara Freitas Sousa e Marta Raquel Correia Baroca.”

Deve ler-se:

“1 - Nos trabalhadores licenciados em Direito Maria Madalena Serrano Casaes Ribeiro, Lucélia Rodrigues Nóbrega, Vera Mónica Pinto Correia Fernandes Gomes, Ana Cláudia Garcês Rodrigues, Águeda Marlene Ascensão de Nóbrega, José Nélio Nunes Brito dos Santos, Ana Filipa Baptista Ferreira Pedroso, Maria João Macedo da Cunha Ribeiro Ferreira Silva, Joana Natacha Ornelas Rodrigues, Sofia Lara Freitas Sousa e Marta Raquel Correia Baroca.”

Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM, 13 de janeiro de 2022.

A DIRETORA REGIONAL DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ASSUNTOS FISCAIS DA RAM, Lina Maria Ferraz Camacho Albino

SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO E CULTURA

Aviso n.º 50/2022

Sumário:

Lista provisória dos resultados obtidos no método de seleção - Prova de Conhecimentos do procedimento concursal para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico superior, aberto pelo Aviso n.º 460/2019, de 13 de setembro e Aviso n.º 228/2021, de 21 de maio.

Texto:

Para conhecimento dos interessados, torna-se público que a lista provisória dos resultados da prova de conhecimentos ao procedimento concursal para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do sistema centralizado de gestão de recursos humanos da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, a afetar ao mapa de pessoal do Gabinete do Secretário Regional, aberto pelo Aviso n.º 460/2019, publicado na II série do JORAM, n.º 155, de 13 de setembro e Aviso n.º 228/2021, publicado na II Série do JORAM n.º 88 - Suplemento, de 21 de maio, encontra-se, na página eletrónica da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, disponível em <https://www.madeira.gov.pt/>

sr/c/GovernoRegional/OGoverno/Secretarias/Structure/ASecretaria/Publicacoes, tendo também sido afixadas no Gabinete de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, sita na Avenida Arriaga, n.º 18, 1.º andar, 9004-519 Funchal.

Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 12 de janeiro de 2022.

A CHEFE DO GABINETE, Raquel Vasconcelos Drummond Borges França

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Despacho n.º 15/2022

Sumário:

Determina a constituição de um fundo de maneiio destinado ao Gabinete da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, no valor de € 770,00.

Texto:

Considerando que se torna necessário dotar o Gabinete da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania de meios que lhe permitam fazer face a despesas, cuja urgência não se compadece com a morosidade dos procedimentos habituais da tesouraria. Assim, determino o seguinte:

1. É constituído um fundo de maneiio destinado ao Gabinete da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, no valor de 770,00 € (setecentos e setenta euros), distribuído nas rubricas orçamentais abaixo discriminadas:

Centro Financeiro: M100800

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

CL. ORGÂNICA				CL. E.	AL.	S/AL.	FONTE FIN.	PROG	MED.	ATIV.	CL. FUNC.	FUNDO	VALOR (€)
SEC	CAP	DIV	S/DIV										
48	01	01	00	D.02.01.04	00	00	381	049	020	168	109	5381000016	40,00
48	01	01	00	D.02.01.06	00	00	381	049	020	168	109	5381000016	130,00
48	01	01	00	D.02.01.08	C0	00	381	049	020	168	109	5381000016	100,00
48	01	01	00	D.02.01.21	00	00	381	049	020	168	109	5381000016	250,00
48	01	01	00	D.02.02.25	00	00	381	049	020	168	109	5381000016	250,00
													770,00

2. O fundo de maneiio será movimentado numa conta bancária, no Banco Santander Totta, com o NIB 0018 0003 1264 6241 0250 5.
3. O fundo de maneiio ficará sob a responsabilidade dos trabalhadores Zita Fernandes Gouveia Pereira e Adelino Franco Gomes Jardim, Assistentes Técnicos.
4. O presente despacho produz efeitos reportados a 1 de janeiro de 2022.

Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, no Funchal, aos 17 dias do mês de janeiro de 2022.

A SECRETÁRIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA, Maria Rita Sabino Martins Gomes de Andrade

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM

Aviso n.º 51/2022

Sumário:

Consolidação da mobilidade intercarreiras da trabalhadora Isaura Maria Silva Santos, do mapa de pessoal do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, na carreira/categoria de Assistente Técnico, com efeitos a 22 de dezembro de 2021.

Texto:

Aviso 01-2022

Torna-se público que por despacho da Signatária, datado de 22/12/2021, foi autorizada a consolidação da mobilidade intercarreiras da trabalhadora Isaura Maria Silva Santos, do mapa de pessoal do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, na carreira/categoria de Assistente Técnico, com efeitos a 22/12/2021, ficando posicionada na 5ª posição remuneratória, nível 10, da referida carreira, a que corresponde o montante remuneratório de € 946,85.

Isento de fiscalização prévia pela S.R.M.T.C.

Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, aos 4 de janeiro de 2022.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO, Micaela Fonseca de Freitas

Aviso n.º 52/2022

Sumário:

Disponibilização na página eletrónica do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM da alteração ao projeto de lista dos candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 22 postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, aberto pelo Aviso n.º 442/2021, de 19 de julho.

Texto:

Para conhecimento dos interessados, torna-se público que a alteração ao projeto de lista dos candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 22 postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, aberto pelo Aviso n.º 442/2021, publicado no JORAM, II Série, n.º 126, de 19 de julho, se encontra afixado junto à entrada do Piso -1, do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, sito à Rua Elias Garcia, n.º 14 Funchal, e disponível na página eletrónica deste Instituto, em <http://www.seg-social.pt/procedimentos-concursais5>.

Mais se informa e com vista à realização da audiência prévia, nos termos do artigo 22.º, conjugado com o artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, que os interessados dispõem de um prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso, para dizerem o que se lhes oferecer.

Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, aos 12 de janeiro de 2022.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO, Micaela Fonseca de Freitas

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial
Gabinete do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 3,05 (IVA incluído)